

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS



FORMAÇÃO
PARA GESTÃO
TERRITORIAL E AMBIENTAL



PROJETO GESTÃO
AMBIENTAL E
TERRITORIAL
INDÍGENA

PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO
Artur Nobre Mendes

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
Walter Coutinho Jr.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPDS
Patricia Chagas Neves

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - DAGES
Janice Queiroz de Oliveira

UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO GATI

DIRETORA NACIONAL DO PROJETO - DPDS/FUNAI
Patricia Chagas Neves

COORDENADOR NACIONAL DO PROJETO - CGGAM/FUNAI
Fernando de Luiz Brito Vianna

OFICIAL DE PROJETO DO PNUD
Rose Diegues

COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO - PNUD
Robert Pritchard Miller

COORDENADOR DE PGTA - PNUD
Ney José Brito Maciel

COORDENADORA FINANCEIRA DO PROJETO - CGGAM/FUNAI
Valéria do Socorro Novaes de Carvalho

ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS - CGGAM/FUNAI
Caio César de Sousa de Oliveira
Sofia Morgana Siqueira Meneses

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F723

Formação para gestão territorial e ambiental / Andreia Bavaresco... [et al.]. – Brasília (DF): IEB, 2016. - (A Experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas)
57 p. : 20,4 x 27,4 cm

ISBN 978-85-60443-48-2

1. Gestão territorial e ambiental. 2. Povos indígenas - Brasil. 3. Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena. I. Bavaresco, Andreia. II. Correia, Cloude. III. Barreto, Henyo. IV. Weber, Ingrid. V. Menezes, Marcela. VI. Título. VII. Série.

CDD-980.41



FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO

Andreia Bavaresco - IEB

Marcela Menezes - IEB

Robert Miller - GATI

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Ekletica Design e Publicações

FOTOS

Arquivo IEB

Arquivo Projeto GATI

Arquivo Funai

Colaboradores

ARTE

Nina Coimbra

EDITORIAÇÃO

Demian Nery e Tiago Trigo (apoio)

O uso de imagens de indígenas das Áreas de Referência para fins de divulgação do Projeto GATI foi acordado nos Termos de Compromisso firmados com as comunidades participantes do Projeto, ao longo de processo de esclarecimento no qual foram estabelecidas as responsabilidades das partes.

foto-base da pagina anterior:
Reunião no Memorial do Cerrado da PUC-GO, durante o 2º Módulo
do Curso de Formação em PNGATI - Bioma Cerrado (2015)
©Mauricio Fiorito de Almeida

FORMAÇÃO EM GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL INDÍGENA

Andréia Bavaresco¹, Cloude Correia²,
Henry Barretto³, Ingrid Weber⁴ e Marcela Menezes⁵
(Instituto Internacional de Educação do Brasil)

INTRODUÇÃO	4
HISTÓRICO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO GATI	8
CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO EM PNGATI	12
AÇÕES REGIONAIS DE FORMAÇÃO DESENVOLVIDAS PELO PROJETO GATI	28
PRINCIPAIS RESULTADOS	36
LIÇÕES APRENDIDAS	40
DESAFIOS QUE AINDA PERMANECEM	48
SUGESTÕES PARA CONTINUIDADE	52

¹ Engenheira Florestal, Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Assessora de Projetos do IEB.

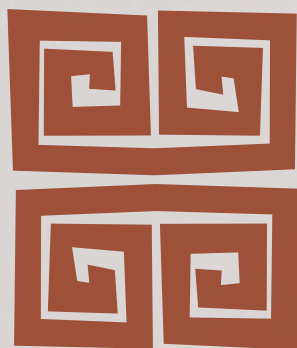
² Antropólogo, Coordenador do Programa Povos Indígenas do IEB.

³ Antropólogo, Consultor do Projeto GATI.

⁴ Antropóloga, Consultora do Projeto GATI.

⁵ Psicóloga, Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Assessora de Projetos do IEB.

INTRODUÇÃO



A sistematização da experiência do Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), apresentada neste texto, busca realizar uma reflexão sobre os processos formativos em gestão territorial e ambiental indígena, desenvolvidos no âmbito dos cinco anos de sua implementação. Nesse sentido, o texto é produto das diferentes interpretações dos próprios consultores, animadores, dirigentes e indígenas que estiveram envolvidos nesses processos formativos. A reflexão aqui apresentada transita entre a descrição das ações de formação desenvolvidas e uma reflexão teórica, com a intenção de melhorar futuras iniciativas e construir novos conhecimentos sobre o tema da formação em gestão territorial e ambiental indígena no Brasil.

Este texto oferece ao leitor uma visão panorâmica da riqueza das ações e experiências, bem como das dificuldades encontradas e as soluções construídas coletivamente ao longo das ações de formação realizadas pelo Projeto GATI. Neste relato, enfatizaremos as diferentes abordagens metodológicas utilizadas, os resultados alcançados, as lições aprendidas, os desafios futuros e aqueles que ainda permanecem após o término das ações do Projeto, além de apresentar, por meio da análise dos olhares dos atores envolvidos, algumas sugestões de continuidade.

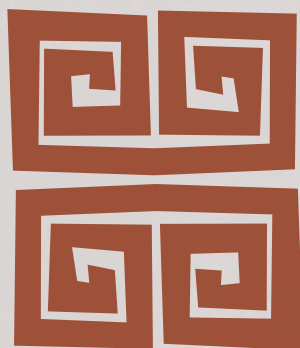
A demanda indígena por formação em gestão territorial e ambiental sempre esteve entre os principais anseios do movimento indígena. Essa demanda ganhou maior visibilidade e relevância no processo de implementação das políticas governamentais, como demonstrado em uma das metas do Plano Plurianual 2012-2015 sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai), juntamente com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esta meta visou formar 300 gestores indígenas e 300 gestores não indígenas responsáveis por ações de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas (TIs). Nas discussões para a elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, novas metas de formação foram planejadas no âmbito do Comitê Gestor da PNGATI, o que demonstra a importância do caráter continuado da formação para a realização destas ações.



Durante os cinco anos de implementação do Projeto GATI, foram realizados cursos continuados, oficinas itinerantes, intercâmbios de experiências, seminários e atividades práticas em diferentes Terras Indígenas das cinco regiões brasileiras. As ações de formação realizadas pelo Projeto abordaram diferentes temáticas e possibilitaram a interação com um número significativo de indígenas e associações.

A partir desses contatos, surgiram reflexões sobre gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas, gênero, alternativas econômicas, instrumentos de gestão territorial e ambiental e políticas públicas. Todo esse processo gerou aprendizagens e olhares que, ao serem sistematizados, podem contribuir com a melhoria das ações de formação em gestão territorial e ambiental de TIs no Brasil.

HISTÓRICO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO GATI



O Projeto GATI teve, como objetivo principal, o fortalecimento das práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas, consolidando a contribuição das Terras Indígenas como áreas essenciais para conservação da diversidade biológica e cultural nos biomas florestais brasileiros. O Projeto foi fruto de uma articulação institucional complexa envolvendo o movimento indígena brasileiro, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a The Nature Conservancy (TNC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-Global Environment Facility).

Desde sua concepção, as discussões que embasaram o Projeto contaram com a participação ativa dos movimentos indígenas, nacional e regionais. A temática da formação de quadros e da qualificação

dos atores envolvidos nas ações de gestão territorial e ambiental de TIs teve lugar de destaque, caracterizando-se como uma das principais demandas dos povos indígenas juntamente com o tema das atividades econômicas sustentáveis. A formação foi considerada como ferramenta importante para o alcance das metas e como instrumento para promover o diálogo de saberes para a construção de novos conhecimentos sobre gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas.

As ações de formação desenvolvidas nos cinco anos de implementação do Projeto GATI, de 2011 a 2016, adotaram diferentes estratégias e metodologias, ricas em articulações interinstitucionais, e contaram com a dedicação de colaboradores, tanto em nível regional como em nível nacional. Essa colaboração reforça a ideia da transversalidade da formação e da demanda constante e necessária dos movimentos indígenas para que projetos nas TIs tenham um forte componente de capacitação.

A primeira estratégia metodológica adotada pelo Projeto em relação à formação, em 2012, foi a contratação de consultores para atender as demandas apresentadas nos diagnósticos locais realizados no início das ações do Projeto GATI, focando em regiões com pouca incidência de projetos de cooperação, como no Mato Grosso do Sul e nas regiões Sul e Sudeste. Esses consultores tiveram como principal atribuição construir, em estreita parceria com os movimentos indígenas locais, caminhos para implementar processos formativos continuados e de qualidade naquelas regiões. Foram realizados intercâmbios, levando indígenas dessas regiões para conhecerem as experiências de centros indígenas de formação de diferentes regiões da Amazônia. Na sequência, foram realizados seminários temáticos para discutir estratégias de formação que poderiam ser adotadas nas regiões Sul e Sudeste e no Mato Grosso do Sul, bem como a viabilidade da implementação de Centros Indígenas de Formação como estratégias para estas regiões.

O Projeto também contratou outros consultores para implementar ações nas diferentes regiões, inicialmente divididas em oito “Núcleos Regionais”⁶. Muitos desses consultores regionais utilizaram práticas pedagógicas tais como oficinas, minicursos e intercâmbios de experiências como ferramentas para realizar atividades no âmbito do Projeto, conforme previstas nos planejamentos participativos dos Núcleos.

⁶ Estes núcleos foram: Mata Atlântica Sul, Mata Atlântica Sudeste, Nordeste I, Nordeste II, Pantanal/Cerrado, Amazônia/Cerrado, Amazônia Oriental e Amazônia Central/Ocidental.

Foram realizadas oficinas em diferentes temáticas, desde cartografia e uso de GPS, legislação ambiental e indigenista, sistemas agroflorestais e mapeamentos participativos, entre outras. Algumas dessas oficinas foram ministradas utilizando como suporte um conjunto de materiais paradidáticos, produzidos no âmbito do Projeto, por meio de articulações com a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial da Funai e que compõe uma estratégia dessa coordenação para formação de agentes territoriais indígenas. Foram produzidos, com apoio do GATI, três apostilas nas temáticas de Serviços Ambientais, Formação de Agentes Territoriais e Legislação Ambiental e Indigenista, voltadas a facilitadores indígenas e não indígenas em temáticas relacionadas a gestão e controle territorial. Paralelamente, no âmbito de outras articulações e conjuntos de parceiros, duas oficinas de abrangência nacional foram realizadas em Brasília em 2013 e ajudaram na construção de alinhamentos em comum. Estas foram: “Oficina sobre Processos Formativos em Gestão Territorial e Ambiental” (Brasília, 2013), organizada pela Rede de Cooperação Amazônica; e a Oficina “Desafios de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas/PNGATI”, organizada por uma parceria entre IEB, ISPN, LACED, Projeto GATI e Funai. Por fim, o Projeto GATI e a Funai também realizaram, em parceria com o IEB, APIB, CTI e Iepé, o “Seminário Nacional sobre Formação Indígena para a Gestão Territorial e Ambiental”. Este evento teve, como objetivo, a construção de subsídios a partir dos conhecimentos e práticas indígenas sobre a temática, com vistas a orientar a formulação de políticas públicas

direcionadas à formação específica dos povos indígenas, conforme os objetivos estabelecidos no eixo 7 – Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental - da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

A iniciativa que teve maior abrangência e resultados concretos, no entanto, foi a articulação e realização de várias versões regionais do “Curso Básico de Formação Continuada em PNGATI”. Com estes, inaugurou-se na FUNAI uma importante linha de formação continuada, que foi fundamental para o entendimento e divulgação da PNGATI. Esta configurou-

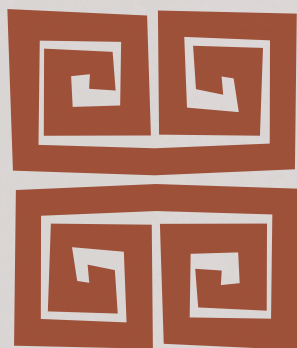
se como um marco que alinhou políticas e ações em torno da gestão ambiental e territorial das TIs, integrando iniciativas entre diferentes setores da FUNAI e outros órgãos de governo, em especial o MMA e o ICMBio, que tiveram papel essencial no Curso Básico em PNGATI. Neste caminho destaca-se também a cooperação de diversas universidades brasileiras.

O relato destes cursos, junto com as demais linhas de ação referente ao tema “formação indígena em gestão territorial e ambiental” que o Projeto GATI protagonizou ou nas quais se envolveu como parceiro, serão relatados a seguir.

O Formar PNGATI sul do Amazonas foi realizado no Centro de Formação da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, em Porto Velho, Rondônia



CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO EM PNGATI



A estratégia a que daremos mais ênfase nessa sistematização é a parceria operacional e política entre o Projeto GATI e sete “Cursos Básicos de Formação em PNGATI”, realizados entre os anos de 2012 e 2016, por meio de articulações entre diferentes instituições, em âmbito nacional. O Curso Básico de Formação em PNGATI foi concebido por diferentes coordenações gerais da FUNAI, Ministério do Meio Ambiente, ICMBIO, Cooperação Alemã (GIZ) e organizações indígenas e indigenistas parceiras.

A discussão da Formação Continuada foi iniciada em agosto de 2011, quando foi realizada a 1ª Oficina conjunta, na Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM/Funai), com participação do MMA, ICMBio, e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) para alinhamentos iniciais sobre a PNGATI, seus principais conceitos e diretrizes. A partir das

discussões e encaminhamentos desta Oficina, a Cooperação Técnica Alemã (GIZ) disponibilizou a contratação de três consultoras para realizar um trabalho de facilitação da construção de proposta para Formação. As consultoras realizaram o trabalho no período de agosto/2011 a agosto/2012, por meio de entrevistas, grupos focais e oficinas com atores governamentais e não governamentais com atuação na área de formação, incluindo representantes do Comitê Diretor do Projeto GATI, que foram recomendados como a instância com participação indígena⁷ na discussão. O resultado final da consultoria foi a proposta de um “Marco Orientador” para um programa de formação continuada em PNGATI.

⁷ O Comitê Diretor do Projeto GATI é formado por um representante de cada uma das associações indígenas ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, APIB, Articulação do Mato Grosso e COIAB; três membros do Ministério do Meio Ambiente e três membros da Funai. O PNUD e a TNC participam como observadores.

O programa foi concebido como uma estratégia relevante de implementação da Política, tal como expressa no seu Eixo 7, capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental, em especial as alíneas: “a) promover a formação de quadros técnicos, estruturar e fortalecer os órgãos públicos e parceiros executores da PNGATI; e b) qualificar, capacitar e prover a formação continuada das comunidades e organizações indígenas sobre a PNGATI”. O Marco Orientador para a Formação Continuada em Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas foi validada pelo Comitê Gestor do Projeto GATI em novembro de 2012. Este esforço de diferentes atores para produzir um alinhamento conceitual resultou na matriz curricular do “Curso Básico de Formação em PNGATI” que estruturou um curso com duração de 12 meses, organizado em cinco módulos temáticos de 40 horas cada e enriquecido com atividades e pesquisas participativas entre módulos.

Cursistas do Formar PNGATI Sul do Amazonas, reunidos no Centro de Formação da Kanindé, Porto Velho/RO



A Funai, com apoio operacional do Projeto GATI, promoveu o Curso Básico em turmas distribuídas no Nordeste/Minas Gerais/Espírito Santo (área de abrangência da organização indígena regional APOINME), no Sul/Sudeste (em iniciativa liderada pelo ICMBio, em parceria com a Academia Nacional de Biodiversidade) e no Cerrado. O Instituto Internacional de Educação do Brasil, em parceria com a COIAB, FUNAI, MMA, ICMBIO, GIZ e Projeto GATI, promoveu o curso em três regiões da Amazônia (Sul do Amazonas, Rondônia e Roraima). A Rede de Cooperação Amazônia, coletivo composto por 11 organizações indígenas e indigenistas, promoveu um curso em parceria com o IEB e a FUNAI, dirigido apenas a indígenas. Ao todo, no âmbito desta iniciativa, foram realizados sete cursos básicos de formação continuada em PNGATI, beneficiando um total de aproximadamente 210 indígenas e servidores da FUNAI, ICMBio, órgãos estaduais de meio ambiente, entre outros atores regionais que atuam na temática da gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas.



O marco orientador do Programa de Formação em PNGATI definiu, como público-alvo, gestores indígenas e não indígenas (Funai, MMA e ICMBio), membros dos Comitês Regionais da FUNAI e membros dos Conselhos Regionais do Projeto GATI e do Comitê Gestor da PNGATI, além de lideranças das organizações indígenas regionais, bem como indicações das comunidades indígenas. Foram reservadas, ainda, vagas para jovens que estavam iniciando seu contato com o tema e estimulada a maior participação de mulheres nos cursos. Uma diretriz importante foi que a composição de turmas fosse heterogênea. Decidiu-se ainda que, no caso de vagas não preenchidas, as mesmas seriam ocupadas, quando possível, por representantes indígenas que possuíam experiências de gestão ambiental e territorial e por servidores de outros órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais com atuação junto a povos indígenas. Dessa forma, se garantiu a participação de um leque maior de parceiros, de acordo com cada realidade regional.

A estrutura do Curso Básico, com cinco módulos de 40 horas/aula presenciais, totalizando 200 horas/aula em 12 meses, foi adaptada para cada uma das sete realidades em que o curso se desenvolveu. Todos os módulos buscaram articular os quatro pilares de saberes norteadores do curso de Formação Continuada em GATI: 1) saber a Política; 2) saber dialogar/facilitar diálogos; 3) saber fazer a gestão; e 4) saber ser multiplicador dos conhecimentos e empoderar as comunidades no processo de gestão.

O principal objetivo do Curso Básico foi o de qualificar gestores indígenas e gestores públicos da Funai, do MMA, do ICMBio e órgãos afins, para atuarem diretamente nos processos de implementação da PNGATI. Os gestores formados deveriam adquirir um conjunto de competências e habilidades a serem empregadas em suas práticas institucionais e profissionais, visando implementar a PNGATI em suas respectivas regiões. Dentre as competências que o Curso Básico objetivou desenvolver nos participantes, estão as capacidades de apoiar a gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas, a partir do diálogo intercultural e da gestão local realizados pelos povos indígenas, e do entendimento e compreensão da Política.

No que se refere aos conhecimentos a serem construídos com e por participantes do processo formativo, destacam-se temas como a própria PNGATI, sua história, diretrizes, objetivos, dispositivos gerais e sua gestão, a relação histórica com a estrutura e o funcionamento do Estado brasileiro, e da gestão na administração pública. Conceitos básicos como gestão, território, meio ambiente, Terra Indígena, proteção, áreas protegidas, unidades de conservação, uso sustentável, biodiversidade, autonomia, protagonismo, natureza e cultura foram construídos com cada turma participante dos cursos, assim com as diferenças entre as percepções das culturas indígenas e a ocidental acerca da relação cultura(s) e natureza(s). Foram discutidos, ainda, os diferentes conflitos socioambientais envolvendo povos e Terras Indígenas no âmbito regional e apresentados os

instrumentos de gestão contemplados na PNGATI e seus mecanismos de implementação. Em cada região, desenvolveu-se esse conjunto de temáticas, porém, com peso e detalhes que variaram de acordo com as especificidades locais e regionais, e sua relevância para a respectiva turma.

O curso utilizou uma metodologia interativa entre instrutores, facilitadores e participantes, estimulando um diálogo intenso entre os conhecimentos indígenas e não indígenas. A partir das concepções indígenas, ao longo do curso, foi possível identificar as interfaces entre o conhecimento tradicional e o técnico e científico, objetivando ampliar o conhecimento dos alunos em relação ao tema da gestão territorial e ambiental. Considerando as especificidades de cada povo e a diversidade socioeconômica, estimulou-se o respeito e o reconhecimento às distintas práticas de gestão territorial.

Considerando as especificidades de cada povo e a diversidade socioeconômica, estimulou-se o respeito e o reconhecimento às distintas práticas de gestão territorial. Para tanto, os recursos metodológicos foram compostos por palestras, aulas expositivas, trabalhos em grupo, uso de ferramentas de diagnóstico e planejamento, leitura e discussão de textos, exposição de vídeos, estudos de caso, dias de campo, troca de experiências, pesquisa na internet e uso de computadores para elaborar planilhas, mapas e textos. Os instrutores facilitadores, em constante diálogo com os coordenadores do curso, organizaram e, sempre que necessário, adequaram a metodologia das disciplinas com o intuito

de aprimorar o processo de aprendizagem, levando sempre em consideração a diversidade cultural e linguística dos estudantes. Para uma apropriação do conteúdo do curso e do desenvolvimento das atividades previstas, os participantes sistematizaram todo o material oferecido e produzido durante o curso em fichários, com textos, avaliações e registros diversos.

Para a consolidação da proposta metodológica, antes do início de cada curso, foram realizadas Oficinas de Modelagem, com a apresentação da estrutura geral do curso, abrindo aos participantes a possibilidade de adequações desta e de seus conteúdos e metodologias, o estabelecimento do cronograma e dos locais de realização, a definição da composição da turma e das formas de seleção e recrutamento dos participantes. Desta forma, foi possível adaptar o conteúdo programático e a metodologia propostos à dinâmica e aos contextos locais.

Outra atividade importante que compôs a estrutura dos Cursos Básicos foi a realização de “Pesquisas Colaborativas”. Estas pesquisas foram realizadas por meio de articulações e atividades conjuntas, criando redes interétnicas regionais para catalisar cooperações ativas entre os quadros da Funai, ICMBio e indígenas. Elas ocorreram entre os módulos e englobaram atividades práticas de diagnóstico e planejamento participativo. O objetivo principal das pesquisas colaborativas foi reforçar o aprendizado prático, criando condições para a experimentação e o aprimoramento da gestão participativa local e regional.

Os temas abordados pelos participantes na elaboração de suas pesquisas colaborativas se relacionaram com a implementação da PNGATI em suas regiões⁸.

Cursista	Título da Pesquisa Colaborativa
Região: Nordeste/Minas Gerais/Espírito Santo	
Ricardo Campos Tingui Botó	Ouricuri: cultura e espiritualidade do povo Tingui Botó (vídeo)
Marcos “Sabaru” Alviqes Tingui Botó	Cerca de Labirinto: preservação de uma prática milenar do povo indígena Tingui Botó (vídeo)
Iran Neves Ordonio Xucurú	Agricultura tradicional indígena: fazendo gestão no território Xukuru do Ororubá, Pesqueira/PE
Sônia Elizabeth e Ivo Augusto (Funai CR Paulo Afonso)	Água e Promoção à Saúde: aldeia urbana Tuxá, município de Rodelas/BA
Deusuleide de Sá Câmara e Antonio Roberto Achel (Funai/CTL PS I-BA), Jose Conceição Santana Pataxó (Barra Velha-BA) e Carolina Peixoto Ferreira (ICMBio – Porto Seguro-BA)	Conhecendo a PNGATI: “Comunidades indígenas Pataxó e formação continuada em PNGATI”
Nathan Galdino, Luiz Pereira e Antonio Neto	Disseminar conhecimentos acerca da PNGATI ao povo Potiguara
Diego Monteiro (ICMBio)	Documentário Áudio Visual sobre o Conselho da Reserva Biológica da Serra Negra (vídeo)
Rafael Pereira Pinto (ICMBio)	Projeto Final de Conclusão de Curso PNGATI: ações de educação ambiental de suporte à recuperação de uma vereda degradada
José Itamar Teixeira Barbosa	Gestão de Resíduos Sólidos na Aldeia Córrego João Pereira do Povo Tremembé/Itarema-CE, Brasil
George de Vasconcelos e Maria Aparecida Gomes da Silva	Os acordos para a gestão do Território Pankararu e a retirada dos posseiros
Célia Nunes Correa Xacriabá e Carol Willrich	O Protagonismo da Mulher Xacriabá (vídeo)
Josiane Francisco Felício, Paulo Henrique Vicente Oliveira, Antônio Carvalho e Jocinaldo Coutinho	Os empreendimentos nas Terras Indígenas Tupiniquim-Guarani, Caieiras Velhas II e Comboios: impactos X oportunidades
André Albuquerque e Frederico Campos	Projeto de Conclusão do Curso Básico de Formação em PNGATI: o Eixo 6 da PNGATI nas etapas locais da Conferência Nacional de Política Indigenista da CR Nordeste I

⁸ As propostas resultantes das pesquisas colaborativas desenvolvidas pelos participantes do Curso Básico de Formação em PNGATI, realizado em Rondônia, Sul do Amazonas e Roraima pode ser acessada pelo endereço: <http://www.iieb.org.br/files/8314/3109/7504/PropostasdeImplementacaodaPNGATIInaAmazonia.pdf>



Cursista	Título da Pesquisa Colaborativa
Região: Nordeste/Minas Gerais/Espírito Santo	
Anália Aparecida da Silva (Anália Tuxá), Francisco Carlos Santos de Assis (Dipeta Tuxá) e Manoel Uilton dos Santos (Uilton Tuxá)	Projeto: Sertão Interior: “Caty Payty - povos indígenas do semiárido
José Paulo de Jesus Santos Kiriri	Trabalho de conclusão de curso (TCC)
Cássio Alexandre da Silva (Geografia - Unimontes)	Construção de “Projetos” nas Terras Indígenas

Cursista	Título da Pesquisa Colaborativa
Região: Sul-Sudeste	
Ivan Bribis Kaingang	Sistema Agroflorestal (SAF): hortas coletivas e familiares na Terra Indígena Apucarantina-PR
Eloy Jacintho, Marciano Rodrigues e Reginaldo Alves (Guarani Nãndewa)	Experiências de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas Apucarantina, Laranjinha, Ywy Porã (Posto Velho) e Pinhalzinho
Karai Ryapu (Mario Moreira), Karai Miri (Euzébio Peralta), Karai Rekoí (Janilson dos Santos), Verá Miri (Renato da Silva Mariano), Karai Jekupé (Jurandir Augusto Martins), Karai Tataendy (Mauricio da Silva Gonçalves), Karai Jekupé (Fábio da Costa Ramos), Tupã Mirin (Marciano Rodrigues), Awa Nimboadju (Reginaldo Aparecido Alves), Awa Nimboadju (Eloy Jacintho) e Kononê Tereno-e (Leandro Sebastião).	Yvy Rupa re Opy Nhanderekó: rede de fortalecimento das Casas de Reza Guarani das regiões sul e sudeste.
Olivar J. S. Bendelak – CR8/ICMBio	Articulação do retorno de representantes indígenas Guarani das TIs Paraty Mirim e Araponga, Paraty/RJ, aos Conselhos Consultivos da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu e do Parque Nacional da Serra da Bocaina, junto com representação da Funai
Adroaldo Antonio Fidelis Kaingang, Diana Nascimento Kaingang, Diego Candinho Kaingang, Alvaci Salles Ribeiro Kaingang, Zico Fojit Ribeiro Kaingang, Marcela Meneghetti Baptista (CR Passo Fundo) e Mauro Leno Silvestrin (CR Passo Fundo/CTL Nonoai)	Etnomapeamento e Diagnóstico de Gestão Territorial à Luz da Pngati: aldeias Passo Feio, Três Arroios e Beijamin, Terra Indígena Nonoai/RS

Cursista	Título da Pesquisa Colaborativa
Região: Sul-Sudeste	
Prof. Ms. Adriana Lima	Vivência no Curso PNGATI
João Paulo Severo (CTL Joinville), Luis Filipe Trois Bueno e Silva (CR Litoral Sul), Maíra Bueno Pinheiro (CTL São Paulo) e Rita Mello (CTL Registro)	Nhemboaty xeramõe xejaryi ma'ety régua: "Encontro: Semente para o fortalecimento do Território Guarani"

Cursista	Título da Pesquisa Colaborativa
Região: Sul do Amazonas	
Umanary (Francisco Apurinã - Opiajbam), José Spanner (IEB), Thaís de Azevedo Coutinho (ICMBio) e Sukuna (Evandro Gonçalves – In memoriam)	Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Camicua
Makupanari Apurinã "Evangelista" (CTL Pauini/Funai), Makawaniri Apurinã "Francisco" (Focimp), Marco Antônio Cordeiro Mitidieri (CR Médio Purus/Funai), Maria Elisa Apurinã (Opiaj) e Yueki Xãmakary Apurinã "Wallace" (Opiaj). Colaborador: Katajury Apurinã "Kennedy"	Ações de gestão em Pauini e na TI Água Preta/Inari
Armando Soares (CR Médio Purus), José Roberto Paumari, Zé Bajaga Apurinã (Focimp), Tiago Paumari, Rônia Apurinã (Focimp), Mara Jarawara (Focimp) e Hercules Schiave (FPE Madeira-Purus). Colaboradores: Vera Plantenbeg (GIZ) e Marco Mitidieri (CR Médio Purus)	Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Caititu
Nilcelio Jiahui (Apij), Cleudo Tenharim (Apitipre), Angelisson Tenharim (Opiam), Fontineli Parintintin, Raimundo Parintintin (CR Madeira), Selma Torá, Viviane Matias (CR Madeira), Marina Vilarinho (consultora independente) e Aline Polli (Parque Nacional dos Campos Amazônicos - ICMBio)	Tupi-Kagwahiwa (região do Madeira)
Valdimiro Apurinã (Focimp), Lídia Kokama (Amimt), Gilberto Apurinã (Apisamp), Cláudio Apurinã (Seind), Vera Müller Plantenberg (GIZ) e Carolina Delgado de Carvalho (CR Manaus)	PGTAs das Terras Indígenas Itixi Mitari e Lago Aiapua



Cursista	Título da Pesquisa Colaborativa
Região: Roraima	
Aldenir Cadete de Lima (Serra da Lua), Getúlio Solon da Silva (Serra da Lua) e Jabson Nagelo da Silva (Serra da Moça)	Gestão e Proteção Territorial das Terras Indígenas nas Regiões Serra da Lua e Murupu
Arlem Barbosa dos Santos (comunidade São Jorge - TI Raposa Serra do Sol/Insikiran), Alexandre Apolinário (comunidade Boqueirão - TI Boqueirão/colaborador); Erlan Gonçalves Alencar (comunidade Truaru/Opirr), Gercival João da Silva (comunidade Barata - TI Barata/CIR), Marizete de Souza (comunidade Maturuca - TI Raposa Serra do Sol/Insikiran)	Gestão do meio ambiente (PGTAS) cuidando das nossas terras - Anna Pata Emainanpainikon
Edmilson Estevão Magalhães (Yekuana) e Rodrigo Pereira da Silva (Macuxi)	Comunicação (informação) como ferramenta da governança nas comunidades indígenas
Bruno Campos Souza (ICMBio), Gelson José Martins (Coping), Hudson Ozarias Dionisio (Funai), Inayê Uliana Perez (Funai), Israel Licurgo Leal (Funai), Ivaldo Magno Oliveira Silva (Funai) e Oseias Cordeiro Sartori (ICMBio)	Contribuições ao Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Povo Ingarikó
Maria Alcinda Mota Constantino e Edinho Batista de Souza (CIFCRSS)	Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra Do Sol/CIFCRSS: Terra, Identidade e Autonomia - efetivação dos direitos/formação e educação
Elisclésio da Silva Macuxi (CIR - Comunidade Maturuca), Manoel Trajano de Souza (CIR - Comunidade Reforma), Karina Melo (Conab), Ari Alfredo Weiduschat (Ibama) e Ise de Goreth Silva (UFRR/Insikiran). Colaboração: Marizete Sousa (CIR)	Produção e Desenvolvimento Sustentável
Anderson Vasconcelos (Funai), Armindo Góes Melo (Hutukara), Hipólito Karawetari Yanomami e Vilmar da Silva Matos Yanomami.	Yanomami: capacitação, formação, intercâmbio e educação

Cursista	Título da Pesquisa Colaborativa
Região: Rondônia	
Dalton Tupari, Gilberto Tupari, Vanderley Rodrigues Jr. (CR Ji-Paraná) e Gilberto Bueno (CR Ji-Paraná).	Ações de Gestão Territorial e Ambiental na TI Rio Branco
Renato Karitiana, Valdenilda Karitiana e Paulo Garcia (ICMBio)	Ações de Gestão Territorial e Ambiental na TI Terra Indígena Karitiana
Arido Gapamé Suruí, Gasodá Suruí, Maria Leonice Tupari e Oypakob Sandro Suruí	Ações de Gestão Territorial e Ambiental na TI Terra Indígena Sete de Setembro
Amauri Zoró, Tiago Zoró e Gilberto Bueno (CR Ji-Paraná)	Ações de Gestão Territorial e Ambiental na TI Terra Indígena Zoró
André Puruborá (CR Guajará Mirim), João Soares Rodrigues (CR Guajará Mirim) e Reginaldo Oro Eo (Associação Indígena Jimaito)	Ações de Gestão Territorial e Ambiental na TI Terra Indígena Igarapé Lage
Delson Gavião, Josias Gavião (CR Ji-Paraná), Beto Arara, Evandro Arara e Patrícia Dias (ICMBio)	Ações de Gestão Territorial e Ambiental na TI Terra Indígena Igarapé Lourdes
Vanderlei Castellani (CR Cacoal), Jovenilson Silva Marcelino, Valdeiza Aikanã Kwazá, Cleiton Kwazá e Waldeir Aikanã.	Ações de Gestão Territorial e Ambiental na TI Terra Indígena Kwazá
Cornélio dos Santos Munduruku e Lilian Borges (CR Cacoal)	Ações de Gestão Territorial e Ambiental na TI Aldeia Apurinã da Terra Indígena Roosevelt
Maria Leonice Tupari (Coordenadora do departamento de Mulheres na Associação Metareilá)	Ações de Gestão Territorial e Ambiental na TI Mulheres Indígenas de Rondônia

Cursista	Título da Pesquisa Colaborativa
Região: Cerrado	
Luiz Fernando Schneider Loureiro (MMA)	Interfaces Territoriais entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação Estaduais e Municipais.
Kamuu Dan Wapichana - Olavo Batista Silva (CGLIC/Funai) e Ana Heloisa d'Arcancho Bandeira de Mello (CGEtno/Funai)	Santuário Tapuya dos Pajés: sensibilização para o etnomapeamento.
Daiane Amaral dos Santos (CR Campo Grande), Inácio Faustino Terena, João Leôncio Terena, Mauro de Barros Terena, Patrik Adam Alves Pinto (CR Campo Grande), Sandriane Soares Batista Terena	Histórico do Projeto GATI/Caianás entre os Terena da TI Cachoeirinha com foco na Aldeia Mãe Terra (Miranda – MS).

Cursista	Título da Pesquisa Colaborativa
Região: Cerrado	
Marta Tipuici Manoki	O Ritual de Yetá e o Manejo da Roça Manoki.
Leandro Parinaí'a Xavante	O Bem Viver Xavante: aldeia Wede'rã, TI Pimentel Barbosa.
Samuel Karajá e Lilian Calçavara (CTL São Félix do Araguaia)	Gestão Territorial na TI São Domingos: produção de alimentos e vigilância.
Jonas Polino Sansão Gavião (Wyty Caty) e Mônica Machado Carneiro (Funai Secom)	Estratégias de Implementação do PGTA Timbira nas Terras Indígenas Porquinhos, Canela e Governador.
Leandro Parinaí'a, Nelson Rudzane Hambe, Isaac Mie Ajawe, Apolônio Serewau e Frank Logrado (CR Xavante)	Oficina de sensibilização inicial dos Xavante: TI Pimentel Barbosa, aldeia Etenhiritipa.
Nelson Rudzane Hambe, Isaac Mie Ajawe, Apolônio Serewau e Frank Logrado (CR Xavante)	Sensibilização inicial para a gestão do território Xavante: TI Parabubure, aldeia Campinas.
Nelson Rudzane Hambe, Isaac Mie Ajawe, Apolônio Serewau e Frank Logrado (CR Xavante)	Oficina de sensibilização inicial dos Xavante: TI São Marcos, aldeia Nova Esperança.
Odila de Souza Guarani Ñandeva	RÓ'WAIHU'U NHOMRĪ, PI'Ō NHIMI RÓMHURI NA. Transmissão do conhecimento da mulher através do artesanato na aldeia Três Marias, TI Parabubure, Campinápolis/MT.
Márcio de Araujo Carvalho (CTL Tangará da Serra)	Ações da brigada indígena para prevenção e combate aos incêndios florestais PREV-FOGO-IBAMA-Funai, junto ao Povo indígena Paresi-Haliti.
Daniel Pastana Yudja Juruna	Plano de Proteção Territorial, Monitoramento e Etnozoneamento da Terra Indígena Kapôt Nhinôre.
Gonçalo Teixeira dos Santos (CR Maranhão) e Maria José Lopes Barros (CTL Amarante Funai)	Experiências do projeto Guardiões da Floresta da TI Araribóia do povo Tentehara, MA (a partir de 2012).
Wagner Bakairi e Wesley Bakairi	Proteção, monitoramento e manejo do fogo na TI Bakairi.
Perla Oliveira Ribeiro e Antônio Veríssimo da Conceição Apinajé (Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ)	Ações de Monitoramento na Terra Indígena Apinajé.
Patxon Metuktire (CR Norte do Mato Grosso)	Autogestão Territorial e Ambiental da TI Capoto Jarinã: conquistas e desafios para um desenvolvimento social, ambiental e econômico do Povo Mebengokr.

Cursista	Título da Pesquisa Colaborativa
Região: Cerrado	
Cleonice Pankararu (Cleonice Maria da Silva)	Sistematização de Processos de Conquistas Territoriais de Comunidades Indígenas de Minas Gerais.
Heraldo Guajajara	Impactos Socioambientais da BR-226 sobre a Terra Indígena Canabrava: das aldeias Cajazeiras a Santa Maria.
Inês Caribé Marques (consultora independente)	PGTAs e Frentes de Desenvolvimento Regional: uma reflexão política estratégica.
José Arão Lopes Guajajara	Festa do Moqueado - Wyrá` Ó Haw.
Rodrigo Freitas (Naturatins)	Proposta de disseminação da PNGATI no estado do Tocantins.
Claudia Almeida Bandeira de Mello (CGPC/Funai)	A PNGATI, sua construção e inserção no órgão indigenista, a partir do olhar do servidor.
Rosana Carvalho Martins (PrevFogo/Ibama)	Sensibilização em educação ambiental para prevenção de Incêndios Florestais em TI do Maranhão e entorno.
Felix Tseredze Xavante	Oficina de sensibilização inicial dos Xavante:TI São Marcos, aldeia Nossa Senhora de Guadalupe.
Samuru Xerente e Wakedi Xerente	Cartografia Social da Aldeia Porteira Nrözawi, TI Xerente.
Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá e Eugislane Moreira Lima Karajá	Etnomapeamento da Terra Indígena Xambioá.

O caráter das pesquisas desenvolvidas variou desde processos de investigação a intervenções práticas nas Terras Indígenas, com uso de metodologias de diagnóstico e planejamento participativos que foram trabalhadas ao longo da formação. Outro aspecto importante é o fato que os facilitadores focaram na produção de conteúdo na própria dinâmica da formação. Como a metodologia das aulas adotou a interdisciplinaridade e uma postura dialogada de construção de conhecimentos, a abordagem metodológica em si já se constitui como um conteúdo,

oferecendo aos participantes instrumentos participativos que foram utilizados em suas pesquisas colaborativas. Os estudos colaborativos entre módulos foram apresentados e analisados no início de cada módulo subsequente e os trabalhos colaborativos finais, apresentados no último módulo do Curso Básico. Esse último módulo recebeu diferentes nomenclaturas de acordo com a região de implementação, tal como “Seminário de Diálogo”, mas em sua maioria teve como principal objetivo a apresentação das pesquisas colaborativas elaboradas pelos participantes.

A facilitação da aprendizagem foi uma metodologia de ensino/aprendizagem importante, utilizada nos Cursos Básicos. Ela pressupõe uma construção dialógica coletiva, com a participação ativa do “aluno-participante”⁹ e do instrutor facilitador¹⁰, ambos coautores do processo. A experiência do participante contou tanto quanto o conhecimento do instrutor facilitador, sendo as mesmas intercambiáveis. A participação ativa de cada participante e a atuação facilitadora da aprendizagem pelo instrutor facilitador foram elementos fundamentais para cumprimento com sucesso dos objetivos de aprendizagem.

Para tanto, o “espaço de formação” foi construído como um espaço de trabalho prático dinâmico, interativo, de intercâmbio de conhecimentos e experiências, buscando, de forma construtiva e progressiva, alcançar os objetivos de aprendizagem propostos. O ambiente de aprendizagem deve ser física e psicologicamente confortável, lembrando inclusive que o aprendizado mútuo entre participante e instrutor facilitador ocorre também nos momentos livres como, por exemplo, nos intervalos, no almoço e nas atividades socioculturais, entre outros.



Cursistas em território Tupinambá de Olivença (Ilhéus-BA), durante o 4º módulo Curso Básico de Formação em PNGATI para o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

9 Aluno – Participante: os participantes são corresponsáveis por sua própria aprendizagem, isto é, o participante é participante e não aluno exatamente porque ele deve participar ao máximo na obtenção dos resultados da capacitação.

10 Instrutores facilitadores são instrutores capazes de trabalhar a aprendizagem a partir da articulação das ideias, dos conhecimentos e das experiências dos participantes com aportes teóricos e práticos a partir de sua experiência.

As diferentes estratégias de avaliação adotadas pelas coordenações colegiadas dos diferentes cursos abordaram, pelo menos, dois aspectos relevantes: o nível de satisfação dos participantes do processo e o alcance dos objetivos de aprendizagem. No que se refere à satisfação dos participantes, foram realizadas: (i) avaliações diárias, conduzidas pelos próprios participantes por meio de metodologias participativas retroalimentadas diariamente pelos facilitadores; (ii) avaliações ao final de cada módulo presencial, por meio de questionários semiestruturados e/ou dinâmicas utilizando-se métodos de visualização com tarjetas; e (iii) uma avaliação final de cada curso. A avaliação institucional dos cursos foi realizada pelas coordenações colegiadas de cada iniciativa, com o objetivo de realizar um balanço avaliativo do processo, apresentar dados quantitativos e qualitativos e discutir a continuidade da experiência.

O Curso Básico assumiu, com o tempo, um *modus operandi* que hoje caracteriza a sua implementação, por meio de um conjunto de etapas de preparação e realização, quais sejam:

1) As reuniões de mobilização e pactuação políticas, que implicam em identificar e articular um conjunto de atores e instituições indígenas e não indígenas, potencialmente colaboradoras e/ou beneficiárias, que são convidadas para um encontro inicial e preliminar no qual avaliam as possibilidades de implementação e os compromissos que podem assumir;

- 2) As oficinas de modelagem do curso propriamente dito, nas quais aquele conjunto de atores e outros participam e definem os lineamentos gerais do curso, a partir da estrutura básica preexistente, tanto em termos dos seus conteúdos programáticos teóricos, práticos e metodológicos, quanto em termos dos perfis dos participantes e colaboradores, critérios de indicação e número de vagas por povo/associação/instituição, cronograma e local dos módulos;
- 3) O lançamento do edital de convocação dos participantes, pactuado nas oficinas de modelagem anteriores à realização da formação, em que se apresenta o histórico, a justificativa e a operacionalização do Curso Básico e todos os elementos relativos à realização do curso e à composição da turma, com prazos definidos para isso;
- 4) A elaboração dos planos de ensino dos módulos, feitos paulatinamente, um a um, a partir dos elementos definidos na oficina de modelagem, assim como das contribuições, sugestões, comentários, críticas e avaliações que são feitos módulo a módulo pelos participantes, configurando assim um processo de construção coletiva e participativa de cada curso individual, módulo a módulo.



Por meio dos cursos de formação, o Projeto GATI se constituiu como importante apoio para o início da implementação da PNGATI, trazendo sua própria formulação participativa como abordagem metodológica e instrumento para a discussão acerca da gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas. Cabe lembrar, também, que iniciativas autônomas de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas antecedem a elaboração da PNGATI e foram, em certa medida, o fundamento e o impulso tanto para a Política como para o próprio Projeto GATI.

As demandas por qualificação e formação de gestores públicos e indígenas foram colocadas pelos atores que compõem o arranjo institucional da Política desde sua elaboração e nesse respeito, as ações de formação desenvolvidas e apoiadas pelo Projeto GATI mostraram-se eficientes no avanço do alcance dos objetivos específicos do *Eixo 7: capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental*. Estas ações de formação estiveram atentas ao enfrentamento de desafios associados a esse eixo da PNGATI, como a qualificação de lideranças indígenas e de profissionais de instituições públicas, além da sistematização de experiências significativas.

Dessa forma, a formação continuada tem sido identificada por diversos atores envolvidos com a implementação da Política como a ação preliminar e estratégica para a obtenção do sucesso e implementação na mesma tônica em que foi construída, com relativos controle e participação social, fomentando a atuação conjunta e cooperativa das várias instituições envolvidas.

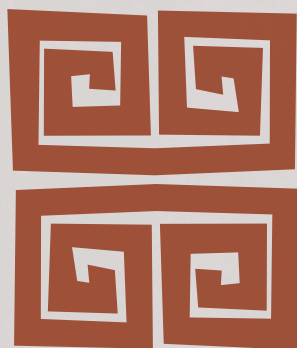
Por meio do Projeto GATI, um conjunto de resultados significativos e de atividades foi alcançado e executado, representando uma valiosa contribuição para o avanço da Política, não apenas no Eixo 7, mas nos seus múltiplos aspectos: proteção territorial, governança socioambiental, gestão integrada de áreas protegidas, controle de danos ambientais, atividades produtivas sustentáveis, salvaguarda da propriedade intelectual/patrimônio genético e capacitação.





O Formar PNGATI Roraima foi realizado no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), na Terra Indígena Raposa Serra do Sol

AÇÕES REGIONAIS DE
FORMAÇÃO DESENVOLVIDAS
PELO PROJETO GATI



Em nível regional, o Projeto GATI apoiou discussões sobre a formação, realizando intercâmbios entre indígenas do Mato Grosso do Sul e das regiões Sul e Sudeste para conhecer experiências de centros de formação na Amazônia¹¹. No Mato Grosso do Sul, essa discussão se desdobrou no Programa *Mosarambihára*

– Semeadores, com os Guarani-Kaiowá, em parceria com a Associação Cultural de Realizadores Indígenas – Ascuri. Por meio desta parceria, foram realizados os cinco módulos previstos nessa formação, que buscaram abordar diversos aspectos da gestão ambiental e territorial sob a ótica da cultura Guarani-Kaiowá. Mais detalhes sobre esse processo são relatados na Coleção “A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas”, no volume Núcleo Pantanal/ Cerrado.

¹¹ Vídeos dos intercâmbios ao Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol em Roraima e ao Centro de Formação dos Povos da Floresta da Comissão Pró-Índio do Acre disponíveis em <https://vimeo.com/81590083> e <https://vimeo.com/81590174>.

No Mato Grosso do Sul, a discussão sobre “formação” também resultou em várias iniciativas com o povo Terena. Dentre elas, vale destacar a proposta de uma “Casa de Formação” na TI Cachoeirinha, em construção no momento, e o curso “Agricultor Agroflorestal”, realizado pelo Instituto Federal de Aquidauana, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, com o apoio do Projeto GATI. Atualmente, estão em andamento algumas outras iniciativas, como um programa de educação ambiental focado na agroecologia, em duas escolas na

TI Cachoeirinha. O Projeto GATI também apoiou a elaboração da proposta de um curso de nível superior de agroecologia para os povos do Pantanal, apresentado ao MEC em julho de 2015. Além de iniciativas de formação mais “formais”, o Projeto GATI tem promovido diversas capacitações e intercâmbios, como modo de apoiar a implementação de ações nas diversas temáticas desenvolvidas pelo Projeto, privilegiando a troca de experiências, tanto entre indígenas como entre estes e agricultores e extrativistas não indígenas.



Jovens e conhecedor Guarani Kaiowá durante o módulo Mosarambihára na TI Sessoró



O “ESPAÇO DE FORMAÇÃO CAIANAS” COMO PROPOSTA DE FORMAÇÃO INDÍGENA E A INSERÇÃO DA DISCIPLINA AGROECOLOGIA TERENA NAS ESCOLAS - TI CACHOEIRINHA (MS)

Ingrid Weber

Antropóloga, consultora do Projeto GATI

No âmbito da consultoria, contratada pelo Projeto GATI, para assessorar as Áreas de Referência do Núcleo Pantanal/Cerrado com relação ao tema ‘Formação Indígena’, foi realizada, em junho de 2013, uma viagem de intercâmbio para conhecer dois ‘Centros de Formação Indígena’ (CFI) na Amazônia: o Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), e o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), do Conselho Indígena de Roraima (CIR)¹². A visita aos dois centros tinha o objetivo de subsidiar as discussões em torno da elaboração de uma proposta de Centro de formação Indígena no Mato Grosso do Sul, conforme demanda da ARPIPAN (Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal), a organização indígena que representou os povos do MS no processo de elaboração do Projeto.

Os dois centros visitados na Amazônia são credenciados como escolas pelas Secretarias de Educação dos respectivos estados, onde ocorrem o Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (CFPF) e o Curso Técnico em Agropecuária, Gestão e Manejo Ambiental (CIFCRSS), ambos em nível médio. O público alvo é composto de jovens provenientes das diversas etnias e Terras Indígenas do estado. Os cursos acontecem de forma modular ou em sistema de alternância, sendo que no período de aulas os cursistas ficam alojados no centro de formação. Além de alojamentos, refeitório e salas de aula, nos CFIs encontramos também diversos sistemas demonstrativos de plantios agroflorestais e criação de animais que são manejados pelos cursistas durante o período de aulas.

Após esta viagem, durante a qual travamos diversas discussões, ficou evidente que o modelo de Centro de Formação Indígena que vimos na Amazônia não se adequava à realidade do Mato Grosso do Sul. Isto por três motivos principais: 1- Enquanto na Amazônia há uma carência de oportunidades de formação para indígenas, no MS temos os indígenas com o maior nível de escolarização do país; 2- Enquanto nos estados visitados há organizações indígenas/indigenistas ‘fortes’ que representam e/ou atendem todos os povos indígenas do estado e que contam com uma rede de financiadores, no MS não há uma organização indígena/indigenista ‘forte’ a nível estadual; as duas maiores etnias do estado, Terena e Guarani-Kaiowá, têm suas próprias organizações que não contam com financiamento permanente. 3- Não há uma linha de financiamento específica para apoiar Centros de Formação Indígena, como também um apoio para este tipo de iniciativa por parte do governo estadual do MS. Embora o Projeto GATI tenha contratado uma consultoria para discutir, com os povos indígenas desse estado, uma proposta de centro de formação indígena, não havia recursos para construí-lo e muito menos para mantê-lo em funcionamento.

12 Participaram desta viagem 16 pessoas, entre conselheiros das ARs – dentre os quais Leosmar e Inácio da TI Cachoeirinha – servidores da FUNAI (CR Ponta Porã e CR Campo Grande) e esta consultora, Ingrid Weber (ver vídeo aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=r4clezXkTJU>)

Ainda assim, a visita aos Centros de Formação Indígena impactou fortemente os participantes do intercâmbio. A partir do que viram, e das discussões e reflexões, veio a ideia de se criar algo semelhante, mas bem menor, que funcionasse a nível local, nas próprias Terras Indígenas e, principalmente, que pudesse ser mantido por eles próprios, sem grande aporte de recursos. Inácio Faustino, liderança Terena da TI Cachoeirinha, batizou esta nova proposta de 'Casa de Formação', outros passaram a chamá-la de 'Espaço de Formação GATI'. Na TI Cachoeirinha, começou-se a sonhar com um local, uma 'casa', cercada de sistemas agroflorestais, que seria a sede da Família GATI/ Organização Caianas¹³, onde aconteceriam os encontros do grupo, como também uma série de capacitações, cursos e oficinas, em temáticas ambientais e 'culturais' (como os cantos e rezas Terena, cerâmica, plantas medicinais, etc). Além disso, o local funcionaria também como um centro para receber visitantes interessados em conhecer os experimentos agroecológicos, dentre outros projetos desenvolvidos pelo grupo. O Espaço sonhado também vem sendo chamado de *Ovoku Tumuné Terenoe* – 'Espaço do Futuro Terena'.

Com apoio do Projeto GATI (Edital PPP-ECOS - ISPN/ Projeto GATI), a estrutura básica do Espaço está sendo construída em uma área de 5 hectares doada pelas lideranças da Aldeia Mãe Terra. Trata-se de uma área de grande relevância ambiental, pois dentro dela se encontram três nascentes, mas também de relevância histórica, pois foi onde 30 famílias permaneceram acampadas durante o processo de retomada desta área. O local apresenta alto índice de degradação ambiental e a ideia, justamente, é demonstrar que conseguem reflorestá-la e recuperá-la, conforme viram ser possível na Cooperafloresta (SP/PR) e no Centro de Formação dos Povos da Floresta (AC).

Além das discussões sobre a criação do Espaço de Formação, propriamente, a visita aos CFIs gerou reflexões também em torno da escola e da chamada Educação Escolar Indígena Diferenciada. Embora a legislação vigente assegure que as escolas indígenas devam valorizar as línguas e os conhecimentos tradicionais indígenas e funcionar em sintonia com os projetos de futuro dos povos indígenas, na prática, há um grande despreparo dos sistemas de ensino para fazer funcionar uma educação escolar verdadeiramente intercultural, específica, bilíngue. Hoje, nas escolas Terena, como em boa parte das escolas indígenas no Brasil, a matriz curricular e os conteúdos ministrados são praticamente os mesmos das escolas não indígenas, com a diferença de algumas poucas aulas semanais de 'Língua Materna'. A ideia de um Espaço de Formação autônomo surge, justamente, como um contraponto ou como um complemento a esta formação deficiente que as crianças e jovens Terena estão tendo nas escolas das aldeias, com relação aos valores tradicionais Terenas.

A escola da Aldeia Mãe Terra, embora funcionando nos moldes das outras escolas indígenas, em termos das suas deficiências em relação à educação diferenciada, tem um contexto um pouco diferente, por conta de essa aldeia representar a luta dos Terena da TI Cachoeirinha pela retomada do seu território tradicional. Assim, no início de 2014, duas professoras ligadas à Organização Caianas, Maria Belizário e Aldineia Pinto Julio, começaram a realizar, com seus alunos (1º ao 5º ano), algumas práticas de agrofloresta. Juntamente com as famílias vinculadas ao Projeto GATI, a escola desta aldeia também havia sido contemplada com uma quantidade de mudas e ferramentas e, com

13 A "Família GATI" foi a autodenominação do grupo de agricultores que primeiro aderiu à proposta de desenvolver ações de formação e implementação da agroecologia na TI Cachoeirinha. Posteriormente, este grupo se consolidou sob o nome "Organização Caianas" - Organização Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade.

o apoio das lideranças da Mãe Terra, as professoras organizaram a limpeza e o cercamento de uma área de 20x30m localizada atrás da escola, onde as aulas práticas passaram a acontecer. O objetivo desta iniciativa era aproximar as crianças do universo da agricultura/agroecologia e proporcionar um ambiente de aprendizado diferenciado, na tentativa de romper com a ideia predominante de que só se transmite conhecimento dentro das quatro paredes da escola. Embora a iniciativa tenha feito enorme sucesso entre os alunos, ela encontrou resistência entre alguns de seus pais que estavam convencidos de que seus filhos deveriam frequentar a escola 'para aprender', e não 'para trabalhar'.

Entre os Terena, e entre muitos outros povos indígenas, o caminho da escolarização é visto, hoje, como uma alternativa às atividades tradicionais de subsistência. Todos sonham que seus filhos, um dia, venham a ter uma função remunerada, como a de professor ou de agente de saúde indígenas, por exemplo, o que irá livrá-lo do 'trabalho pesado', da enxada e do sol quente. Como diz o professor Elizeu Lindolfo Sebastião, atual diretor da escola de Mãe Terra: *"Eu pertencço a uma geração em que a gente dizia para os nossos filhos: 'Filho, você estuda, porque, se não, tem uma enxada esperando por você.' A gente tem que desconstruir esta ideia de que só vai pra enxada quem não estudou."*



©Org. Catanas

Atividades de educação ambiental com estudantes das aldeias Lagoinha e Mãe Terra

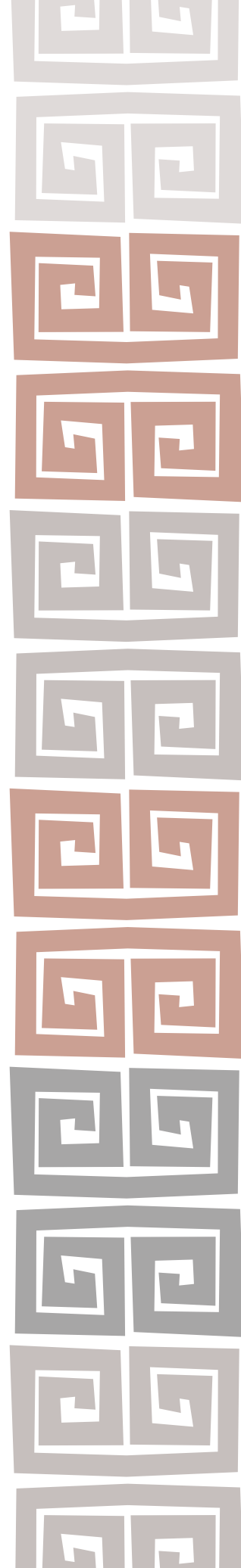
Com o objetivo de fortalecer a iniciativa desenvolvida na escola de Mãe Terra, como também incentivar os professores e outros moradores da aldeia Lagoinha a embarcarem nesta ideia (já que nesta aldeia estava sendo desenvolvido um Microprojeto/GATI para a implantação de horta escolar), em novembro de 2015 realizamos uma outra viagem de intercâmbio para conhecer a experiência de educação ambiental desenvolvida pelos Kaiowá e Guarani na escola da Aldeia Te'yikue (TI Caarapó-MS). Trata-se de um projeto que teve início em 2001, com a introdução da disciplina 'Práticas Agrícolas' na escola. Esta disciplina é ministrada na 'Unidade Experimental', uma área afastada do prédio escolar que vem sendo recuperada e reflorestada com espécies nativas e frutíferas, além do plantio de ervas medicinais, hortaliças e outros legumes cultivados com insumos naturais e de acordo com as orientações da Agroecologia, como também seguindo os conhecimentos tradicionais Kaiowá e Guarani. A disciplina está inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, o que garante professores e funcionários (serviços gerais) especialmente contratados, além de ônibus escolar para transportar os alunos desde a sede da escola até a Unidade Experimental. Tivemos a oportunidade de assistir uma aula realizada nesse espaço e ficamos todos (inclusive os pais residentes) muito bem impressionados e animados com a possibilidade de realizar algo semelhante nas escolas da TI Cachoeirinha.

Com este intuito, no início de 2016, demos início a um projeto experimental de inserção da disciplina Agroecologia Terena nas escolas das Aldeias Mãe Terra e Lagoinha. As aulas vêm acontecendo duas vezes por semana e estão sendo ministradas pelo conselheiro do GATI, João Leôncio, o qual vem participando de todas as iniciativas de formação em gestão ambiental e territorial ocorridas na TI Cachoeirinha, como também do curso Formação em PNGATI do Bioma Cerrado. A escolha de uma pessoa específica para ministrar as aulas é parte de uma estratégia de consolidação desta disciplina no âmbito escolar. Por se tratar de uma novidade para todos os envolvidos, o planejamento das primeiras aulas foi feito de forma conjunta, entre professores das duas escolas, membros da Organização Caianas e consultores do Projeto GATI. Além de ministrar as aulas, João Leôncio também tem a função de fazer o registro dos conteúdos abordados para que, mais para frente, se tenha subsídios para a construção da proposta curricular desta nova disciplina. Aqui, mais uma vez, o apoio do Projeto GATI foi fundamental para alavancar esta iniciativa. Além de custear a visita de intercâmbio à Aldeia Te'yikue que foi crucial neste processo, pois inspirou e mostrou o caminho a ser percorrido, através de Microprojetos foi possível adquirir alguns materiais e ferramentas necessárias para as escolas, dentre os quais um kit jardinagem para cada aluno.

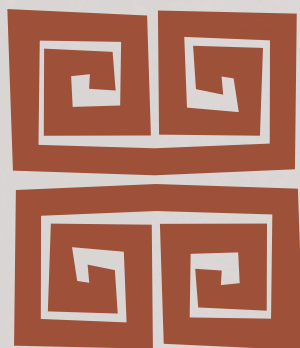
Embora esta iniciativa conte com o aval da Secretaria Municipal de Educação de Miranda, sabemos que só poderemos cobrar o seu apoio formal (por exemplo, com relação à contratação de professor) quando a nova disciplina for inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, como vimos em Te'yikue. Neste sentido, o PPP da recém-criada Escola-Polo Felipe Antônio (à qual a escola de Mãe Terra encontra-se vinculada) vem sendo construído de forma participativa, reunindo segmentos das três comunidades escolares que lhe são vinculadas, entre professores, lideranças, pais e mãe de aluno.

Futuramente, a ideia é tornar o Espaço de Formação Caianas uma espécie de extensão da Escola, como vimos ser possível na Aldeia Te'yikue, em relação à Unidade Experimental. A propósito, além do processo em curso de inserção da Agroecologia no âmbito do Ensino Fundamental, a Organização Caianas também vem discutindo a criação de outros dois cursos voltados para esta temática, em nível médio e superior. O primeiro encontra-se em fase inicial de discussão junto ao IFMS-Aquidauana, com relação à criação de um Curso Técnico em Gestão Ambiental integrado ao Ensino Médio, que deve funcionar dentro da própria Terra Indígena. Já o curso em nível superior, o Curso de Bacharelado em Agroecologia para os Povos do Pantanal, encontra-se em fase mais avançada, já com projeto e matriz curricular consolidados, após longo período de consultas e discussões. O curso é um projeto conjunto com as instituições parceiras UEMS-Glória de Dourados e IFMS-Aquidauana. Em ambos os casos, o Espaço de Formação Caianas deverá funcionar como área de campo para os alunos.

O Espaço de Formação Caianas é, portanto, um dos principais projetos da Organização Caianas para onde muitas iniciativas devem convergir no futuro. Ao longo do percurso relatado, percebemos que, se em princípio o Espaço de Formação surgiu, inspirado nos Centros de Formação Indígena da Amazônia, enquanto uma alternativa à 'escola indígena', considerada uma instituição desvirtuada, foi interessante observar que, ao final deste processo retornamos à escola. Depois de tantas realizações, os Caianas, agora empoderados, sentem que podem transformá-la. O protagonismo e o sentimento de 'juntos nós podemos mais' foi o maior legado do Projeto GATI na TI Cachoeirinha, como também para todos nós parceiros dos Caianas que tivemos o privilégio de participar desta história.



PRINCIPAIS RESULTADOS



Dentre os principais resultados qualitativos que as ações de formação do Projeto GATI alcançaram, podemos destacar a construção do processo de forma dialogada com os participantes, refletindo e esclarecendo o que se espera em relação aos impactos do trabalho relacionado à gestão territorial e ambiental nas TIs envolvida. As diferentes temáticas abordadas nas formações associadas à trajetória histórica de cada território tiveram destaque, contribuindo para a construção de conhecimentos sobre gestão territorial e o maior

empoderamento dos seus atores. Na estratégia de ensino-aprendizagem, os conteúdos foram abordados de forma reflexiva e crítica, e propiciaram um diálogo entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos ocidentais, com a participação de lideranças tradicionais na discussão dos conteúdos dos cursos de formação. Os envolvidos no planejamento e operacionalização do Curso Básico estiveram atentos para a importância de envolver, no planejamento dos órgãos gestores, a formação de seus quadros.



O fato de o Curso Básico estar atrelado à implementação de uma política pública, demonstrou que os conteúdos principais estão refletidos na prática política desses participantes, que aproveitam os espaços e, potencialmente, a sua incidência na execução da PNGATI em suas regiões. Mais que possíveis articuladores da PNGATI, são eles que vêm pautando e catalisando a implementação desta em suas regiões. Exemplos contundentes foram: a realização de informes sistemáticos dos conteúdos ministrados nos cursos em espaços públicos diversos em praticamente todas as áreas de atuação (Comitês Regionais, sedes de associações indígenas, comunidades, Coordenações Regionais), a disseminação de materiais didáticos (vídeos e textos) nas comunidades e Coordenações Regionais da Funai, o acompanhamento, pelos alunos indígenas e gestores públicos, da construção participativa de diferentes Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, e a participação dos alunos

indígenas e não indígenas em discussões regionais sobre temáticas relacionadas a implementação da PNGATI (mineração em TIs, licenciamento de empreendimentos, atividades econômicas sustentáveis, serviços ambientais, mudanças climáticas).

As ações de formação promoveram uma maior interação entre gestores indígenas e não indígenas, além de articular os diversos povos indígenas da região. Também foi possível relacionar os conhecimentos tradicionais e institucionais dentro de um diálogo favorável para entendimento geral dos limites e alcances da gestão territorial indígena. Em alguns estados, como em Roraima, possibilitou-se dar continuidade ao que já vem acontecendo em termos de gestão ambiental e territorial na região.

Outro resultado das ações de formação desenvolvidas pelo Projeto GATI foi fazer circular e divulgar a ampla gama de materiais didáticos já existentes, com

✓ Turma do Curso Básico de Formação em PNGATI Mata Atlântica Sudeste e Sul, na Academia Nacional da Biodiversidade (ACADEBio), Iperó-SP (2014)



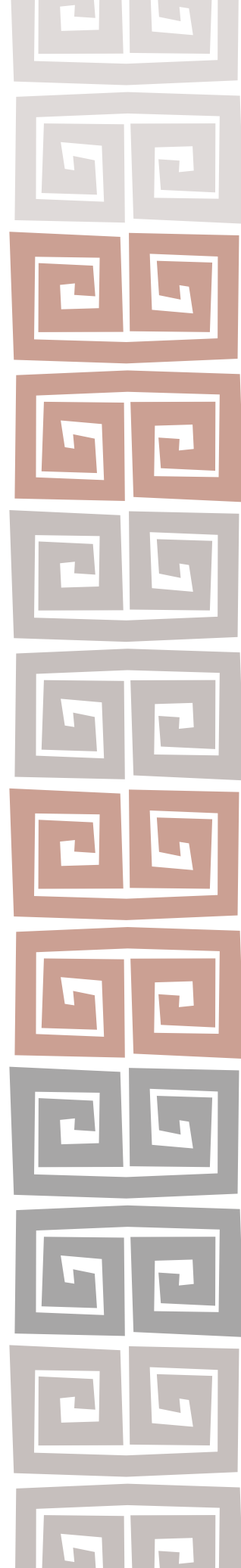
variedade de formatos, identificada e empregada nos cursos: livros, cartilhas, diagnósticos, atlas, registros culturais, relatórios de pesquisa, CDs, DVDs, dentre outros. Um dos mais importantes aportes feito nesse campo tem sido a publicação – em formato de atlas – de muitos etnomapeamentos de Terras Indígenas, em que os mapas mentais indígenas ganham uma produção gráfica rigorosa e vistosa, muitos dos quais foram usados nos cursos.

Do ponto de vista da FUNAI, em especial na Coordenação Geral de Gestão Ambiental e Territorial, que coordenou três Cursos Básico em PNGATI, é visível a evolução e aprendizado com a experiência da formação em PNGATI. Se no primeiro Curso os entraves administrativos e de logística minimizaram a participação qualitativa da equipe, no último (Bioma Cerrado), percebe-se o amadurecimento da participação tanto nas reuniões da coordenação colegiada, como em acompanhar reuniões com universidades, mediação de algumas sessões dos módulos, apoio aos TCCs e interlocução com as CRs, este com intuito de impulsionar a aplicação dos conteúdos nas TIs.

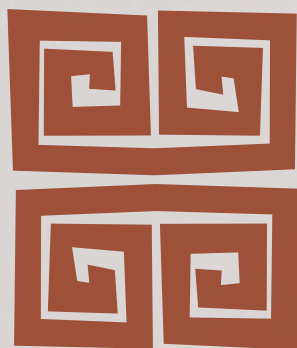
Do ponto de vista acadêmico, destaca-se a articulação com a Universidade de Brasília, que resultou no reconhecimento do Curso Básico de Formação em PNGATI do Bioma Cerrado como curso de extensão.

De modo resumido, portanto, os principais resultados alcançados pelas ações de formação do Projeto GATI nos últimos anos, dizem respeito:

- aos impactos da execução do Curso Básico de Formação em PNGATI na implementação da Política;
- à consolidação de uma rede de multiplicadores;
- ao fortalecimento das associações indígenas;
- ao desenvolvimento de metodologias e abordagens conforme as especificidades locais;
- à produção de subsídios para apoiar as experiências e centros indígenas de formação e a discussão sobre a formação de agentes ambientais indígenas;
- a parceria com APIB e COIAB;
- e as sinergias com diversas ações de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas, desenvolvidos em todo o território nacional.



LIÇÕES APRENDIDAS



O Projeto GATI representa um avanço nas iniciativas nacionais voltadas a discutir e implementar ações de gestão territorial e ambiental indígena, uma vez que extrapolou os limites amazônicos, dando vez e visibilidade para povos e Terras Indígenas em situações desfavorecidas, como é o caso dos Guarani Kaiowá e Terena no MS e os povos do Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. As ações de formação implementadas pelo Projeto, tanto em nível nacional, no caso do Curso Básico de formação em PNGATI, quanto nas ações pontuais desenvolvidas pelos consultores regionais, geraram lições aprendidas sobre o que os atores

envolvidos no processo fariam diferente e o seu porquê, se pudessem reiniciar o Projeto; e as ações que seriam replicadas e ou repetidas, pois obtiveram êxito e geraram novos conhecimentos. As lições aqui apresentadas são fruto de diferentes oficinas realizadas com esses atores e a análise de diferentes relatos e relatórios elaborados pelos consultores do Projeto. O objetivo de sistematizar tais lições é contribuir para que ações de formação, no âmbito de projetos de tal envergadura, possam se apropriar de lições anteriores e aprimorar ferramentas para o atendimento de metas e expectativas do público alvo em questão.

Nesta dinâmica de sistematização, as oficinas com diferentes atores envolvidos nas ações do Projeto tiveram como objetivo apreender suas interpretações e olhares sobre o que cada um faria de diferente e o que cada um percebeu como sucesso e que, em outro projeto ou momento, replicaria e/ou melhoraria. Nesta sessão, daremos ênfase aos diferentes aprendizados que as ações de formação desenvolvidas no âmbito do Projeto GATI produziram e à sua comunicação, visando aprimorar ações semelhantes, tanto dentro do estado, como nas organizações indígenas e indigenistas.

As experiências localizadas, desenvolvidas a partir da especificidade dos contextos políticos, culturais, ambientais e históricos, das demandas indígenas e realizadas por meio da presença dos consultores regionais em articulações com as Coordenações Regionais da Funai e órgãos locais (como a Casa de Formação implementada na Terra Indígena Cachoeirinha, do povo Terena, no Mato Grosso do Sul), merecem destaque pela criatividade, singularidade da iniciativa e protagonismo dos atores indígenas. Esperamos contribuir com as várias discussões, ora em curso nos níveis local e nacional, sobre como os processos formativos para gestão territorial indígena se constituem como ferramenta transversal a todas as temáticas que perfazem o universo da gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas e a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

Em seus cinco anos de implementação, em mais de 32 TIs em todo o território nacional, o Projeto GATI gerou lições no

que se refere às ações de formação em gestão territorial indígena, que segundo os envolvidos, merecem ser replicadas e aprimoradas. O acúmulo de aprendizados, articulações, materiais empregados e produzidos, lideranças qualificadas para participarem de forma mais ativa em espaços de discussão e decisão e, por fim, o papel do Estado como potencial formador compõem o universo de resultados e êxitos atingidos pelas ações de formação.

Mereceram destaque no processo de sistematização da experiência as atividades de intercâmbios, que certamente foram as mais citadas pelos diferentes atores envolvidos na execução das ações do Projeto GATI. Considerando que os intercâmbios de experiências são ferramentas formativas e que promovem trocas de saberes e construção de novos conhecimentos, essas ações foram citadas por todos os grupos que participaram dos processos de formação como muito eficientes e que obtiveram resultados bastante positivos.

Outro importante aspecto ressaltado foi a possibilidade de os intercâmbios fomentarem redes de experiências de gestão, com potencial para a ajuda mútua entre associações e TIs. Indígenas do Nordeste, por exemplo, apontaram os intercâmbios de experiências como importante ferramenta para dar visibilidade às suas lutas perante outros povos indígenas do Brasil. Os mesmos relataram que ao participarem de intercâmbios em outras regiões, saíram da invisibilidade e puderam mostrar sua cultura e assim fortalecer suas reivindicações. Os intercâmbios realizados pelos povos indígenas do MS em diferentes

centros de formação da região Norte permitiram realizar uma profunda reflexão sobre suas realidades e os caminhos necessários para que os mesmos pudessem empreender ações de formação que realmente respondessem às suas demandas e especificidades.

Os intercâmbios realizados no âmbito do mesmo Núcleo Regional ou em outras regiões, por sua vez, possibilitaram fomentar diálogos e redes em diferentes temáticas, desde processos de planejamento participativo a ações de recuperação de áreas degradadas e agroecologia. O intercâmbio realizado entre os Xikrin da TI Trincheira-Bacajá e os Wajãpi, por exemplo, permitiu adaptações nas metodologias de formação de pesquisadores indígenas em ambas situações e, para os Xikrin, foi fundamental no entendimento sobre o que é o etnomapeamento e os planos de gestão. A unanimidade em relação ao êxito das iniciativas de intercâmbios de experiências aponta para a necessidade de aprimorar, sistematizar e divulgar essas iniciativas.

Outra lição apreendida pelos atores envolvidos nos processos formativos foi a construção local das atividades de capacitação e intercâmbios, junto às bases, de acordo com as necessidades locais. A possibilidade, não só das organizações indígenas, mas também das comunidades participarem da construção dessas atividades, possibilitou um atendimento mais vinculado às realidades locais e não só de ideias e iniciativas vindas de fora. Daí a diversidade de temas atendidos por meio das ações de formação do Projeto GATI, que variaram desde oficinas de

cartografia, junto aos Guarani Mbya do litoral de SP, a capacitações em agroecologia e agroflorestas realizadas no MS.

A metodologia dialética construída por meio da implementação dos diferentes cursos básicos de formação em PNGATI, em uma articulação constante e necessária entre a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas e a percolação de políticas públicas em seus territórios, se constituiu como importante lição a ser aprimorada. A construção coletiva da proposta de formação, com participação ativa do Projeto GATI, é única no âmbito do órgão indigenista oficial. A aproximação da Funai com outros órgãos responsáveis pela implementação de política públicas indigenistas foi colocada por todos os grupos que participaram da sistematização como importante avanço e conquista, devendo ser mantida e aprimorada. Temas que até então eram motivos de conflito, como sobreposições entre unidades de conservação e Terras Indígenas, metodologias de monitoramento da biodiversidade, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais, entre outros, foram abordados por meio de metodologias participativas em um espaço de ensino-aprendizagem, possibilitando ricas discussões, relativamente livres de posições institucionais. Essa abordagem permitiu uma maior integração política e operacional dos órgãos envolvidos na implementação da PNGATI, se constituindo como a lição aprendida mais rica de todas as ações de formação desenvolvidas pelo Projeto.

A aproximação entre povos indígenas e gestores públicos e entre as próprias instituições (como Funai e ICMBio) é outro

resultado de extrema relevância nesse contexto de atuação em rede. Órgãos que não se comunicavam adequadamente, hoje, a partir dos módulos de formação, conseguiram estabelecer diálogos mais frutíferos, com participação dos povos indígenas. A superação de preconceitos e de falta de informação, e a sensibilização ocorridas no processo de formação foram visíveis, inclusive de maneira prática,

nas propostas de implementação da PNGATI surgidas nos últimos módulos. Especialmente no caso de gestores de Unidades de Conservação onde há relações com Terras Indígenas, a participação nos cursos permitiu enxergar oportunidades de diálogos e parcerias com as comunidades indígenas para a proteção e a conservação dessas áreas protegidas, estimulando a atuação conjunta.



©Andrezza Andrade

Toninho Guarani e Carolina Ferreira (ICMBio) durante o primeiro módulo do Curso Básico de Formação em PNGATI para o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo



O detalhamento da estratégia de ensino foi construído com liberdade e criatividade pelos instrutores facilitadores, a partir das orientações das diferentes coordenações dos cursos nas regiões, respeitando-se às diretrizes institucionais e os recursos disponíveis e com atenção para: a sustentação dos valores das instituições envolvidas; a interculturalidade entre os povos indígenas e destes com os não índios; a reflexão a partir do local, da forma de gestão de uma Terra Indígena; e a geração de conhecimento a partir da compreensão da visão e da realidade dos povos indígenas.

As ações de formação desenvolvidas no âmbito do Projeto GATI também possibilitaram a produção de um conjunto de materiais, ora didáticos, ora informativos, que enriquecem a escassa e recente produção sobre o tema, principalmente em Terras Indígenas que não se localizam no bioma Amazônia. Foram produzidos, nas iniciativas locais de formação e nos cursos básicos, cartilhas, manuais de facilitadores, calendários sazonais, mapas temáticos, além de um conjunto significativo de produtos e relatórios que constituem como importante acervo sobre ações de gestão territorial indígena e que merecem ser sistematizados, catalogados e divulgados.

Os trabalhos finais realizados pelos participantes dos sete cursos básicos implementados e em implementação, articulando indígenas, gestores públicos e não governamentais na elaboração participativa de uma iniciativa ou na pesquisa sobre gestão territorial indígena em suas regiões, possibilitaram analisar, comparar e criticar situações sob diferentes olhares. Muitas das pesquisas se desdobraram em ações concretas das

organizações indígenas, Funai e ICMBio. Planos de Gestão foram realizados em parceria com os órgãos ambientais, excursões de vigilância em parceria com as organizações indígenas e planos de manejo de UCs sendo elaborados com participação ativa dos indígenas. Alguns trabalhos se constituíram em oportunidades para sistematizar experiências relevantes em andamento em TIs específicas.

Os Cursos Básicos de Formação em PNGATI permitiram a consolidação de uma rede de indígenas e gestores públicos capacitados e diretamente implicados na multiplicação da PNGATI e da sua implementação. Esses atores são peças-chave no controle social desta Política, na medida em que, conhecendo a sua história, seu conteúdo e pautando suas propostas locais, já estão em condições de estabelecer diálogos muito mais profícuos com o poder público e com parceiros no sentido da implementação de ações, beneficiando suas comunidades.

Indo mais além, a formação de um grupo de multiplicadores indígenas de cinco regiões (Sul do Amazonas, Rondônia, Roraima, Nordeste/Leste e Sul/Sudeste), por meio do Curso Formar para Formar, oferecido pelo IEB em parceria com a Funai, ICMBio e Projeto GATI, discutiu metodologias e ferramentas diversas para que alguns cursistas selecionados possam multiplicar de modo mais aprofundado a PNGATI em diversos contextos e realidades. Esses multiplicadores têm papel central na mobilização de parcerias e de ações em suas regiões, ao tempo em que vão disseminando os saberes relacionados à PNGATI.



O Curso Formar para Formar se embasa no documento *Proposta Político Pedagógica da Formação de Multiplicadores da Experiência do Curso Básico de Formação em PNGATI: Curso em Metodologias Participativas para Formação em PNGATI*, elaborado pelo IEB e apresentado em outubro de 2014 à Coordenação Geral de Gestão Territorial e Ambiental da FUNAI, a CGGAM. O documento discute os princípios que regem metodologias participativas em processos formativos e tem como objetivo contribuir para a formação de gestores indígenas e não indígenas, no que diz respeito ao papel de multiplicadores no processo de implementação da Política. O conteúdo do documento oferece aos gestores a possibilidade de: i) aprofundar conhecimentos acerca de metodologias participativas em processos formativos; e ii) desenvolver habilidades em ferramentas e métodos participativos propícios à formação de gestores indígenas e não indígenas.

Com a implementação do Curso Básico em várias regiões do país e a intensificação da discussão em torno da implementação da PNGATI, essa ação de formação contribuiu, de alguma maneira, para os trabalhos do Comitê Gestor da PNGATI, que reúne oito órgãos do Governo Federal, oito representantes indígenas e conta com a participação de organizações indigenistas e socioambientalistas na condição de ouvintes. Alunos, facilitadores e gestores da iniciativa participaram ativamente das reuniões realizadas, tendo feito relatos sistemáticos da evolução das ações de formação nas diferentes regiões. Cabe ressaltar a qualificação da participação desses atores que, por meio das ações de formação continuada, enriqueceram as discussões do Comitê Gestor e trouxeram imensas contribuições para a elaboração do Plano Integrado de Implementação da PNGATI. Principalmente nas reuniões mais recentes do Comitê, estes atores atuaram de forma

Turma do "Formar para Formar" (2015) ✓



proativa na consolidação do Plano de Ação Integrada dos diversos órgãos de governo que participam dessa instância. Este plano foi uma das bases para o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) 2016-2019 e para as ações e orçamentos relacionados à PNGATI nos próximos quatro anos. Destacamos que nas mais recentes reuniões do Comitê Gestor da PNGATI as ações de formação foram avaliadas, especialmente pelos indígenas, como sendo de muita relevância e que deveriam ter continuidade no próximo PPA.

Em âmbitos local e regional, no que se refere ao funcionamento e efetividade dos Comitês Regionais da FUNAI, percebeu-se uma maior qualificação na participação dos alunos dos cursos básicos e no debate sobre a implementação de políticas públicas. Em todas as regiões onde o Curso Básico foi implementado os participantes do processo formativo têm se mostrado atores-chave para a implementação da PNGATI. Na medida em que compreendem o que é a implementação de uma política pública e também compreendem que é necessário que a mesma parta das experiências locais e regionais concretas, eles já são figuras centrais nesses processos.

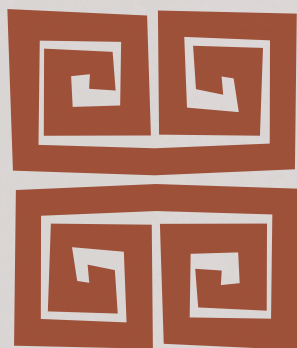
Outra contribuição chave dos cursos básicos e das ações locais e regionais desenvolvidas pelo Projeto é o fomento às habilidades de mediação de conflitos e ao instrumental para implementação de ações práticas de gestão territorial e ambiental. É o caso dos conteúdos que abordaram o tema do licenciamento ambiental, promovendo maior e melhor participação dos atores em processos de implementação de empreendimentos nas regiões.

Também se destaca aqui o tema da gestão integrada entre Terras Indígenas e unidades de conservação, debate frequentemente abordado nas capacitações e que possibilitou aproximações, diálogos e melhores entendimentos sobre o tema.

Por fim, destacou-se como lição aprendida resultante das ações de formação do Projeto GATI, o fortalecimento e empoderamento das associações indígenas, tanto locais como regionais. Em todas as regiões de atuação direta do Projeto as ações de formação fortaleceram o protagonismo e o processo de discussão e de ações relacionadas à implementação da PNGATI. As associações indígenas que tiveram a oportunidade de participar das ações de formação, em especial o Curso Básico, podem contar hoje com indígenas capacitados para lidar com a PNGATI em seus múltiplos aspectos, diferenciando-se assim de outras associações indígenas no país que ainda não dominam informações básicas sobre a Política, dificultando inclusive a sua implementação.

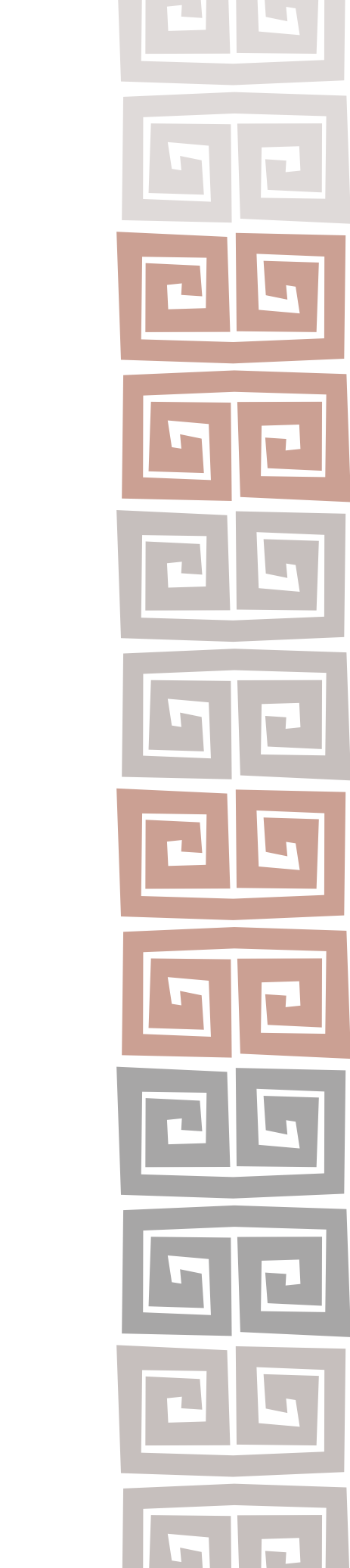
Outro resultado relevante do Projeto foi o envolvimento constante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil -APIB em todos os módulos do Curso Básico implementados pelo Projeto. Conseguiu-se, desta forma, sempre garantir a presença de colaboradores indígenas que estão atualizados sobre as principais discussões em torno dos direitos indígenas no país, fortalecendo a implementação da PNGATI. Vale ressaltar que muitos desses colaboradores fazem parte do Comitê Gestor Nacional da PNGATI, permitindo relatos frequentes sobre os efeitos benéficos das ações de formação na ponta, ampliando cada vez mais a importância da formação para implementação da PNGATI.

DESAFIOS QUE AINDA PERMANECEM



É um desafio permanente melhorar a comunicação sobre projetos de cooperação técnica, tal qual o Projeto GATI ou com parceiros da sociedade civil, e suas relações com a implementação da PNGATI, dentro da própria Funai e de outros órgãos como o MMA e ICMBio. Surgiram muitas dúvidas sobre o papel de cada um no processo, pois há diferenças entre projetos com tempo e função determinada e suas relações com políticas públicas, que operam com metas e mecanismos de governo. No entanto, ficou claro que é necessário investir fortemente na formação dos servidores, tanto para

aproveitar melhor as próprias capacidades existentes nesses órgãos, quanto para possibilitar novas formas de cooperação e articulação. Neste respeito, um melhor esforço de comunicação e melhor divulgação das ações do Projeto poderia ter ajudado, facilitando a comunicação interna e externa que é fundamental para a participação das unidades descentralizadas da Funai, como as Coordenações Regionais e as Coordenações Técnicas Locais, que tiveram um papel importantíssimo na implementação do Projeto.



É preciso também considerar a rotatividade dos quadros governamentais e do movimento indígena envolvidos no Projeto. Para enfrentar este desafio, os atores comprometidos com a implementação do Projeto apontaram a necessidade da formação continuada de seus quadros (indígenas e gestores públicos) para que as ações do Projeto tivessem sucesso. É importante prever estratégias de formação deste público desde o início.

Os cursos de formação em PNGATI, em que o Projeto GATI foi parceiro, ora operacional, ora político, tiveram grande sucesso regional, em todos os casos. Entretanto, poderia ter se investido em mais cooperação e diálogo entre as diferentes iniciativas, sob o ponto de vista dos atores que estiveram envolvidos na realização dos cursos, com o objetivo de intercambiar facilitadores, materiais didáticos, experiências e metodologias.

Outra questão destacada pelos envolvidos nos processos de formação no âmbito do Projeto GATI foi o curto tempo de duração do contrato dos consultores responsáveis pela articulação para implementação das ações, infelizmente, uma limitação imposta pelas normas da contratação de consultores por produto no âmbito de projetos de cooperação técnica do governo.



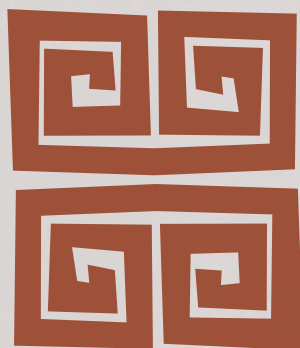
Também foi possível constatar o enorme desafio, especialmente para a Funai, que anima e coordena o processo de implementação da PNGATI, que é gerenciar ações interligadas no âmbito da Política, tal como a realização dos Cursos Básico em parceria com o IEB, Projeto GATI, MMA e ICMBIO, em várias regiões do Brasil. Para tanto, é necessário conceber, consolidar e implementar novos ciclos do Programa de Formação em Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas em bases mais locais e regionais, que simplificariam

toda a logística envolvida e, portanto, os custos, como também consolidariam as articulações entre os parceiros de cada região. Hoje, é fato que há diferentes órgãos responsáveis pela implementação da política indigenista, incluindo também os estaduais e municipais, de forma que se constitui como desafio a formação continuada dos gestores dessas políticas, como também dos indígenas que compõem as instâncias de acompanhamento, monitoramento e decisão, como comissões e conselhos, entre outros.



©Letícia Freire/IEB

SUGESTÕES PARA CONTINUIDADE



A implementação da PNGATI vem demandando uma nova forma de atuação de gestores indígenas e não indígenas. A Formação Continuada em Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, neste sentido, tornou-se essencial para a compreensão e implementação da PNGATI, seus eixos, objetivos, diretrizes e instrumentos. É fundamental continuar formando aqueles e aquelas que realizam atividades estratégicas relacionadas à consecução dessa Política, fornecendo oportunidades de diálogo, reflexão, construção e proposição conjunta de ações, visando qualificar e potencializar a atuação destes gestores em suas regiões, respeitando os princípios básicos de

autonomia na tomada de decisões, de valorização cultural e de respeito aos direitos territoriais indígenas. Porém, é importante ressaltar que as ações de formação também atendem outro público, o dos indígenas que estão implementando ações de manejo de recursos naturais, de sensibilização da comunidade escolar, de vigilância e controle territorial e promovendo atividades sustentáveis diretamente nas Terras Indígenas. Permanece, assim, o desafio da formação em gestão ambiental e territorial indígena, de alcançar esse outro público que está realizando ações de gestão dentro das Terras Indígenas.

Uma das mudanças mais significativas das últimas duas décadas com respeito ao tema da formação indígena é o papel de destaque que a figura de “agente indígena” ganhou. Os agentes indígenas vêm se tornando os principais atores sociais para a implementação de ações de gestão territorial e ambiental, embora o papel específico que ocupam dentro de suas respectivas Terras Indígenas seja muito variado. Por eles trabalharem dentro de suas próprias comunidades, geram impactos diretos no dia-a-dia dos membros das aldeias, o que serve para valorizar ainda mais o seu trabalho. O fato de muitos desses agentes serem jovens, tende a ampliar as possibilidades de cumprirem uma função multiplicadora, como professores para uma próxima geração de agentes. Em suma, podemos afirmar que os distintos tipos de agentes indígenas representam um importante capital social acumulado que deve continuar a dar frutos com o seu aperfeiçoamento técnico e social. Recomenda-se que a discussão sobre a criação de uma categoria profissional voltada para a realização de ações de gestão territorial e ambiental nas Terras Indígenas avance. Essa discussão se aproximou em muitos momentos das ações de formação do Projeto GATI, porém, sem o aprofundamento necessário.

O tema da profissionalização da categoria dos agentes indígenas é um dos mais discutidos na atualidade, já que existem posicionamentos muito divergentes a respeito. Entre os argumentos a favor da profissionalização da categoria, há o apelo para um reconhecimento formal do trabalho que os agentes realizam por parte do Estado. Muitas vezes são os mesmos

agentes que mais pressionam o governo para receber uma remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades.

Por outro lado, existe uma preocupação em torno da apropriação da categoria pelo governo, com sua subsequente funcionalização a seus interesses burocráticos. A experiência com os professores indígenas é emblemática nesse sentido, já que, em alguns casos, os professores identificam-se mais com o Estado que lhes está remunerando do que com as necessidades de sua própria comunidade. Com a transferência da formação dos professores para o Estado outros problemas surgiram, como a homogeneização da formação e a perda em qualidade. Cabe ressaltar que as primeiras iniciativas de formação de professores indígenas no Brasil tiveram origem em organizações indigenistas, de tal forma que o processo de formação de agentes voltados à temática da gestão territorial indígena dialoga intimamente com a história da educação escolar.

Outro tema debatido no âmbito da discussão sobre a profissionalização das categorias de agentes indígenas é a responsabilidade pela gestão dos territórios indígenas. Por um lado, coloca-se o argumento que a gestão do território é responsabilidade de todos os membros da comunidade e não somente dos agentes. Há outro posicionamento que afirma que se estão pagando a profissionais para fazer um trabalho, são eles que devem ser responsáveis pela execução da gestão. Alguns defendem que a criação dessa categoria e seu reconhecimento criaria uma oportunidade de trabalho remunerado

dentro das Terras Indígenas, num momento em que se verifica um crescente êxodo indígena para as cidades, principalmente, entre as novas gerações, seja em busca de maiores oportunidades de escolarização, sejam de oportunidades de emprego e renda.

Enquanto esses debates continuam sem ter uma solução definitiva à vista, podemos afirmar que os agentes se esforçam para renovar os processos de gestão territorial e ambiental de suas Terras Indígenas, com novas ideias e práticas de manejo e uso. Eles representam um significativo capital social, que seguramente vai ser utilizado nos futuros trabalhos e diálogos do contexto da PNGATI.

Ficou claro que a implementação da PNGATI não depende tão somente de quem recebeu a formação, mas principalmente dos órgãos e entidades de apoio. A continuidade e os resultados positivos dessa Política dependem de como esse conjunto de atores vai se organizar na execução de ações ligadas à PNGATI. Nesse sentido, nas regiões em que foi implementado o Curso Básico contribuiu para o fortalecimento de redes regionais que são as catalisadoras da implementação da PNGATI. As ações de formação desenvolvidas pelo Projeto GATI devem ser fortalecidas e podem servir como ponto de partida para outros programas governamentais nessa área, levando sempre em consideração as especificidades de cada povo e os perigos de uma homogeneização das ações.

No mesmo sentido, evidenciou-se o caráter transversal da PNGATI e a

importância de aproximar e abrir o diálogo sobre o tema com os diversos órgãos públicos que planejam e executam ações consonantes com a PNGATI, bem como com a sociedade civil organizada. É o caso, por exemplo, do MDA e do MDS, que compõem o Comitê Gestor da Política. O envolvimento desses órgãos no âmbito de um processo de formação é desejável e recomendado. As parcerias de co-execução estabelecidas entre organizações indígenas e da sociedade civil que surgiram a partir das articulações realizadas pelo Projeto, para implementar ações de formação devem ser consideradas e valorizadas em iniciativas futuras.

Sugere-se ainda que se crie um acervo nacional – devidamente categorizado e disponível para consulta pública – dos materiais didáticos (livros, cartilhas, diagnósticos, etnomapas, atlas) produzidos pelas experiências de formação indígena sobre o tema da gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas visando subsidiar futuras ações de formação e valorização das já existentes. É importante fomentar discussões e debates entre os executores das experiências de formação (as que foram desenvolvidas no âmbito do Projeto e as demais iniciativas desenvolvidas por diferentes organizações indígenas e indigenistas) no intuito de construir uma reivindicação em comum com respeito ao tema da profissionalização da(s) categoria(s) de agente indígena. Nesse sentido seria interessante que Funai, MEC e MMA criem um grupo técnico para estudar a criação da categoria de agentes agroflorestais (ou outro termo), visando o reconhecimento dessa categoria e a realização de concursos públicos diferenciados.

Por fim, recomenda-se que o Plano Plurianual 2016-2019 e o Plano Integrado de Implementação da PNGATI incluam ações estruturadas de apoio à Formação em Gestão Territorial Indígena, com metas específicas referentes às ações da PNGATI, para o fortalecimento e a valorização dos centros de formação e das experiências em andamento, promovendo também apoios para novas experiências com provisão orçamentária suficiente.

O Projeto GATI contribuiu com a real implementação da PNGATI, uma das principais políticas voltadas para os povos indígenas na atualidade. Nos últimos anos, esta Política tornou-se um marco na relação dos povos indígenas com o Estado brasileiro por ter sido elaborada e estar sendo implementada de modo participativo, ressaltando o potencial das Terras Indígenas para a conservação dos recursos naturais, o combate ao desmatamento e a geração de renda sustentável. O conhecimento indígena milenar para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas veio a ser (re) valorizado com a Política. Os processos formativos desenvolvidos no âmbito do Projeto, contribuíram para a maior qualificação de todos os atores envolvidos nessas ações e faz-se necessário dar continuidade e debater a temática da formação em âmbito nacional, visando uma maior apropriação da implementação das políticas públicas pelos povos indígenas.





Centro de Formação Paiter Suruí,
no município de Cocal, Rondônia

O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) contribuiu para o reconhecimento das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortaleceu as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. Também promoveu o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs.



O Projeto foi uma realização conjunta entre o movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), The Nature Conservancy (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-Global Environment Facility).



Articulação
MATO GROSSO



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

